

Antonio Dimas*

RESUMO: *O presente texto apresenta crônicas inéditas de Olavo Bilac, publicadas na imprensa no começo do século XX, que tratam das transformações por que passa a cidade do Rio de Janeiro e dos problemas sociais que nela permanecem.*

Palavras-chave: *Olavo Bilac; Crônica; Rio de Janeiro; Literatura e Jornalismo; Literatura e História.*

Bem no miolo de notáveis transformações sociais, políticas e urbanas e aparentemente saciado de reconhecimento público por sua poesia parnasiana, Olavo Bilac opta pela observação do cotidiano, investindo-se, então, da tarefa de jornalista e opinando à vontade sobre o que presenciava. Instalado no epicentro de uma sociedade que se iludia com o ingresso eufórico e mítico no século 20 e que acreditava estar deixando para trás o lastro pesado de um país monárquico e lusitano, o jornalista encarnou, para o bem e para o mal, as quimeras de seu tempo, delas dando testemunho eloqüente. Através de sua atuação no jornalismo carioca e paulista, iniciado em 1890 e suspenso em 1908, acompanha-se as aspirações de uma cidade, que bem poderiam ser tomadas como nacionais, mesmo que equivocadas algumas.

^(*) Professor do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da FFLCH/USP.

Como jornalista sempre de olho nas necessidades materiais de sua cidade e ansioso por dotá-la de equipamentos dignos de centros europeus de prestígio, Bilac encarrega-se de decretar a falência de um mapa urbano que julgava herdeiro de uma instituição política antiquada: a monarquia. Em seu lugar, propunha a renovação radical daquele espaço, a ser erigido segundo um modelo difuso de origem francesa, vagamente identificado com formas republicanas e, portanto, modernas de sociabilidade. No cerne dessa proposta, cria-se para ele um dilema, acentuado sobretudo depois de seu pouso forçado em Ouro Preto, em 1893, onde conviveu de perto com fortes resíduos coloniais, fosse perambulando pelo arruamento tortuoso da cidade, fosse diante de seus prédios senis, fosse ainda escarafunchando os papéis velhos daqueles arquivos paroquiais ou públicos. Nessa vivência, convence-se de que é preciso valorizar a História, sob pena de nos descaracterizarmos. No entanto, o gesto da valorização histórica arrasta consigo a repulsa da infra-estrutura urbana, inteiramente inadequada para suportar o progresso que se deseja e que se desenha próximo, a seu ver, com os primeiros passos a favor da construção da futura Belo Horizonte. Em suma: preservar um tempo histórico sem a retenção necessária de uma geografia urbana acanhada e insuficiente, eis o impasse bilaquiano.

Por essa razão, seu pleito vai muito além de reivindicar apenas o saneamento e a higienização de um Rio de Janeiro pestilento, foco de miasmas que amendrotavam e afastavam o visitante estrangeiro. Bem mais que isso, o jornalista questiona também a sobrevivência de formas sociais superadas ou, dentro dos limites que uma crônica permite, até mesmo as escolhas econômicas do país, a seu ver insustentáveis em tempos de diversificação crescente de mercado.

Desse modo, estamos diante de um cronista que desfolha temas os mais variados e cuja atitude de dispersão jornalística premeditada parece materializar a multiplicidade de escolhas

que se abrem à frente de um país pronto para a modernização, nem que fosse aos trancos e barrancos. Graças à enorme versatilidade do gênero que escolheu para se pronunciar e marcar posição, Bilac acabou por se tornar uma espécie de historiador involuntário, a quem o estudioso contemporâneo da cultura brasileira poderá recorrer para levantar informações de caráter histórico, social, antropológico, psicológico, etc. *A crônica*, diz ele, desprezioso, mas convicto, *é a poesia da História, da grave História soberana, cujo testemunho vasto e seguro se faz com os pequeninos testemunhos isolados.* (*O Estado de S. Paulo*, 03 out. 1897).

Ao contrário do poeta parnasiano, que se seduzia pela inteireza dos mármore helênicos ou que se demorava na sensualidade da mulher, o cronista abandona o espaço restrito, favorável à descrição, e imiscui-se pelos cantos de sua cidade, deles retirando material para a narração, nem sempre abonadora. Adiantando-se ao jornalismo ambulatório e investigativo de um João do Rio, Bilac surpreende-se e nos surpreende com depoimentos levemente desmistificadores, que nos desviam da rua do Ouvidor: *Quem escreve estas linhas tem ultimamente, no cumprimento de um dever profissional, percorrido o mais pobre, o mais triste, o mais sujo bairro do Rio de Janeiro, a zona que abrange a Saúde, a Gamboa, a Praia Formosa, entre a orla do mar e os morros da Conceição, do Pinto, da Providência. Nessa região cheia de trapichos, de estaleiros, de depósitos de madeira e carvão, de estalagens e de tavernas suspeitas, formiga uma população macilenta e triste.* (*Gazeta de Notícias* 23 jun. 1901).

Foi de poeta-sociólogo que Gilberto Freyre chamou Bilac, em ensaio hoje recolhido em *Região e Tradição*. Tal junção – sob a qual se recolhe e se protege também o sociólogo de Pernambuco, gostosamente – decorreria da capacidade de apreensão generalizada e pertinente que o cronista revelava, quando diante de fatos de aparência miúda e episódica. Ainda que quase sempre limitado, de preferência, à circunscrição geo-

gráfica de sua cidade, não se pode fazer de conta que as mazelas apontadas por Bilac fossem produtos tão somente locais. Na sua leitura tópica, muito do país inteiro se mostrava. E – que lástima! – ainda se mostra.

Em um dos dias desta aborrecida semana, um homem nem alto nem magro, nem velho nem moço, nem bem vestido nem maltrapilho, desceu de um bonde, na rua do Lavradio, e serenamente penetrou no saguão da repartição da polícia. Tinha o aspecto sisudo e calmo; carregava uma trouxa de roupa. Entrou, dirigiu-se para perto da porta do xadrez, sentou-se placidamente em um banco, sacou do bolso um pedaço de pão e começou a comer. Quando acabou a refeição frugal, cruzou os braços, deixou pender a cabeça sobre o peito e adormeceu. Por diante dele, o movimento nunca interrompido de repartição central da polícia continuou. Patrulhas, contínuos, carcereiros, presos... E o homem dormindo. E as horas correndo. Por fim, já noite, um soldado notou a singular presença daquele impassível sujeito. E dirigindo-se a ele, sacudiu-o pelo ombro:

– Olá! que está o amigo fazendo aqui?!

O sujeito, estremunhado, esfregou os olhos, bocejou três vezes, passeou em torno um olhar distraído e preparou-se para continuar a dormir. Mas o soldado, já então desconfiado, deu-lhe um repelão mais forte:

– Então? não ouviu? que está fazendo aqui?

– Eu? eu... estou preso!

– Preso por quem?

– Por mim mesmo!

– Que? você quer divertir-se à minha custa?

– Não senhor! nunca tive tão pouca vontade de me divertir à custa de ninguém! se estou aqui, é porque me considero preso... E tenho estado à espera de que abram a porta do xadrez, para poder dormir com mais comodidade!

Conduzido à presença do delegado, o extraordinário cidadão explicou ingenuamente e claramente o seu caso.

Trabalhava numa fábrica que fechou por falta de dinheiro. Posto na rua, começou em vão a procurar novo emprego. Diziam-lhe sempre a mesma coisa: “não havia lugar! Todas as fábricas estavam suprimindo metade do pessoal! As coisas andavam mal!” Como não tivesse dinheiro para pagar a casa em que morava, o senhorio expulsou-o. E, enfim, não podendo dormir ao relento, e, reconhecendo que não tinha decididamente nenhuma vocação para o ofício de gatuno, – ali viera constituir-se preso, para ter onde dormir.

Já se vê bem que o delegado não pôde satisfazer o mísero. Mandou-o em paz, declarando-lhe que o xadrez não foi feito para quem não tem onde dormir.... E dentro da alma rude do operário desempregado deve hoje haver um grande espanto: – se não o admitiam preso agora, era naturalmente porque não cometera nenhum crime... devia então cometê-lo, para arranjar um teto?...

Este caso, laconicamente narrado nos noticiários, foi o mais interessante da semana. Direis que é um caso sem importância, que mal chega para encher um quinto de crônica. Engano vosso! o caso que vos afigura nulo é um sintoma. E um sintoma alarmante. Brincando, brincando, estamos com a miséria negra a bater-nos à porta. Aquela velha história de que no Brasil ninguém morre de fome já foi recolhida ao armário dos chavões sem significação. Dinheiro não é chuva que caia prodigamente do céu, nem cogumelo que brote espontaneamente da terra. As nossas grandes riquezas, tão apregoadas, valem menos do que nuvens. Temos café e temos fumo: mas ninguém pode viver exclusivamente bebendo e fumando. E, como aquele sujeito, há muita, muitíssima gente, que não vê outro recurso diante de si, senão cometer alguma patifaria, para ter o direito de ser recolhido à Correção. O pior é que mesmo esse recurso é falaz. Se os particulares não têm vintém nas algibeiras, a situação do Estado ainda é mais gravemente precária. Daqui a pouco, como há de o Estado arranjar dinheiro para dar de comer àqueles que a justiça encarcera?

Vede o que se está passando com os empregados municipais. Gastam as solas dos sapatos para ir à repartição; e quando querem comprar sapatos novos, só podem oferecer ao sapateiro, em pagamento, essa moeda sem curso que se chama esperança. Antigamente, um emprego de escriturário, ou de amanuense municipal era um alto favor que só se dava aos moços bonitos que se apresentavam carregados de empenhos: hoje é um castigo que se deve infligir àqueles que merecem ser obrigados a morrer de fome.

Por ora, a *dèche* apenas aflige, de modo tão bárbaro, o município. A União, que tem mais onde cavar, lá se vai aguentando como pode. Mas, se a Divina Providência não se resolve a tomar conta desta história, – ser empregado público será, dentro em pouco, positivamente, um castigo pior do que ser calceta. E mesmo não haverá mais calcetas: porque calceta come, e comer pode vir a ser nesta terra um luxo apenas acessível a raros protegidos de Deus.

De certo, ninguém tem o direito de descobrir cruelmente os males quando não se julga com forças, para, ao mesmo tempo, lhes descobrir os remédios: e muita gente há de esperar que o cronista, com a sabedoria que todos lhe reconhecem, indique o meio de espantar a miséria negra que aí nos está batendo à porta!... pois, sim! Só há um remédio: é rezar! Quando os homens são incompetentes para salvar uma situação, compete a Deus entrar em cena: é o seu ofício.

Sem assinatura

Nós, os homens da imprensa, devemos andar com a boca doce. Queixamo-nos, lamentamo-nos, damos à face um ar

fúnebre, e invectivamos a todos os dias a sorte, – não achando bom, nem abundante o quinhão que nos cabe na repartição das felicidades da terra. O povo diz, na sua linguagem simples, que os felizes sempre “se queixam de fartos”... E, de fato, que queremos ainda? Há pouco tempo, começamos a achar que as senhoras não deviam ir ao *Lírico* senão em cabelo, sem os complicados chapéus da moda; os dias correram, houve discussão e brigas, vaias e *meetings*... e vencemos: já ninguém vê chapéus enormes na platéia do *Lírico*. Verdade é que um cronista teatral descobriu anteontem que, em certo regulamento de teatros, há bastantes anos decretado e esquecido, já se impõe a cada empresa a obrigação de manter um vestiário onde as senhoras depositem os seus chapéus e capas... Mas, verdadeiramente, isso pouco importa, uma vez que o regulamento nunca foi posto em prática. Nem nos venham dizer que a vitória foi obtida à custa da indignação das torrinhas: a vitória foi nossa, exclusivamente nossa.

Antes, já uma outra vitória tinha coroado os nossos esforços. Reclamamos contra a mania dos sui... – perdão!... das *mortes inesperadas*, e todos os desesperados da vida, não querendo desgostar a imprensa, deixaram de cometer atos de loucura. Verdade é que, ainda de vez em quando, diz um jornal que “faleceu ontem inesperadamente o Sr. Fulano, deixando cartas à família e à polícia”. E os malévolos concluem disso que a propaganda da imprensa não foi grande coisa... Mas a conclusão é tola: a imprensa nunca teve a pretensão de impedir que o Sr. Fulano morresse inesperadamente: o que a imprensa quis foi evitar que se desse o nome aos bois, – porque, enfim, tudo neste mundo é uma questão de palavras. Logo, aí temos uma segunda vitória da imprensa.

Terceira vitória. Vendo que os incêndios se reproduziam com extraordinária freqüência, deliberamos pôr água fria na fervura, e pedimos que a polícia (ou quem quer que fosse) impedisse a propagação da mania incendiária. E vede! imedi-

atamente houve uma providência: as companhias de seguro dirigiram uma representação aos poderes públicos, pedindo fosse proibido o uso de balões e fogos de artifício no centro da cidade, e, logo depois, no entulho de um dos prédios recém-conflagrados, descobriu-se, carbonizado, o fogareiro de um balão... Não de ainda os malévolos dizer que não vêem bem onde está a vitória da nossa propaganda: deixemos que falem os malévolos – o mundo todo é uma vasta comunhão de despeitos e descontentamentos... Deixemos que falem os malévolos, e celebremos o nosso triunfo. Nós somos, de fato, um *Estado no Estado*.

E, já agora, aproveitemos a maré!

Diz um jornal que o ministro da instrução pública da Rússia proibiu às alunas das escolas públicas do grande império o uso do colete... Vamos tomar a peito este caso! Exijamos a proscrição de espartilho, não só nas escolas normais, como em todo o território da República! Já privamos as senhoras dos chapéus: privemo-las também dos seus coletes Léoty ou Vertus!

* * *

O diabo é que, se triunfamos sempre no terreno da utilidade, ainda não obtivemos no terreno da seriedade vitória nenhuma.

Assim, já nos esgoelamos que farte, pedindo a quem de direito alguma atenção para o centenário do Brasil, que aí vem, e ainda ninguém nos ouviu...

E outra cousa: por que não nos lembramos de acabar com estas febres assassinas, tão nossas, mas tão inimigas de quem nos procura e de quem nos ama?

Em menos de um ano, quantas vidas preciosas nos levaram elas! Agora mesmo lá se vai um dos homens mais queridos que têm pisado a nossa terra... Moço e belo, inteligente e fino, apenas entrado numa carreira que lhe reservava todos os triunfos e todas as glórias, apenas senhor de uma felicidade doméstica que tinha sido a maior e a mais doce aspiração de toda a sua vida, – Luís Bezzanilla desaparece, furtado por uma dessas infames moléstias, que ainda não parecemos dispostos a pôr daqui para fora, com um pouco de higiene e de decência!

Ai! Amigos da imprensa! já todos nós estamos cansados de pedir que se limpe esta cidade da peste, dando-lhe um pouco menos de política e um pouco mais de vassouras, um pouco menos de boatos e um pouco mais de ácido fênico... De dia em dia, mais asquerosa fica a sujeira das ruas; mais relaxados ficam todos os serviços municipais; mais empestados ficam os bairros. Não se desinfetam casas em que morrem cinco ou seis doentes de febre amarela; os bueiros dos esgotos fedem como sentinas mal lavadas; os encanamentos de água não têm uma gota; e tudo é uma infecção, uma porcaria, um nojo, um horror!

Pois bem! mostremos o poder da nossa vontade! Já que nada conseguimos dos poderes públicos a que até agora nos temos dirigido, – dirijamo-nos pessoalmente às Febres, obrigando-as, por uma intimação sumária, à deserção... Que diabo! Já temos conseguido tanta vitória, que talvez as Febres tenham também medo da nossa onipotência! Vamos! de pé, sobre as nossas tamanquinhas de jornalistas soberanos, – mostremos a porta da rua às Febres que nos desonram!

* * *

Mas... a pena range sobre o papel, e a tinta se revolta, e a alma do cronista se entristece. Não é possível manter o tom

desta ironia cruel, que magoa mais a quem a vibra do que àqueles que a recebem. E, como isto não é artigo circunspecto em que se possa falar seriamente de vergonhas, – o melhor é parar. Paremos!

Sem assinatura

A época é de reivindicações. E nem só os homens se rebelam contra o vício social da Desigualdade. Também as cousas irracionais (ou que supomos irracionais) são capazes de vastas explosões de cólera, com que afirmam o seu descontentamento e a sua revolta.

Vistes como se revoltaram anteontem os rios do Rio de Janeiro?

Ó Amazonas, majestoso Maranhão que na ocasião das cheias engrossado pela fusão do gelo que amortalha as tuas cabeceiras e pelo tributo de águas marulhantes que te trazem os afluentes, confundes num só intérmio destino todos os teus *furos* e todos os teus *paramirins*, e submerges léguas e léguas de florestas virgens! Ó Parnaíba, acachoeirado filho da soberba Taguatinga que antes de vir inundar, perto do oceano, as terras civilizadas em que o homem vive e moureja, inundas dous mil quilômetros de selvas misteriosas só conhecidas das onças e das antas! ó soberano S.Francisco, pai da mais bela e forte catarata que há na terra, senhor e fecundador de cinco vastas províncias! Ó Paraíba impetuoso, que acabas de engolir vorazmente a vida e o progresso de toda uma cidade! – os rios do Distrito Federal já não vos invejam...

Rios?... rios, sim, homens incrédulos! esses fiozinhos de água escassa, esses filetes de tênue linfa, que habitualmente não dão nem para banhar a ponta da asa de uma borboleta, tiveram anteontem uma dessas revoltas que transformam anjos em demônios, e mudam os pigmeus em gigantes: quiseram mostrar que também são capazes de assolar e de matar, e que podem competir com os grandes rios em volume de água e em violência de espraiamento; engrossaram, e, saindo dos leitos ridículos e insignificantes, entraram a praticar loucu-ras, – como os meninos malcriados, quando se vêem com algum dinheiro no bolso, e estréiam as suas primeiras calças compridas.

Foi uma reivindicação, uma *parede*, um protesto coletivo. Irritados, feridos na sua vaidade de arroios presunçosos pelo soberano e ferino desdém com que os geógrafos os tratam, – todos os ribeiros cariocas, por tão largo tempo adormecidos numa resignação ignóbil, transformaram o seu inútil e abafado resmungo num alto clamor de ira, e bradaram forte o seu direito à rebelião e à independência.

Lamennais, aquele nervoso e febril filósofo cristão, em cuja alma se concentraram todas as amarguras da existência humana, escreveu um dia uma frase, que ficou sendo o lema da Revolução Social: “a sociedade repousa e firma-se na resignação dos pobres...” Sacudi a energia dos pobres, abalaa, despertai-a, arrancai-a da sua resignação, – e a Sociedade estará perdida!

Ó Cabuçu, ó Caboclas, ó Maracanã, ó Pedras, ó Joana, ó Andaraí, ó ribeirinhos miúdos e franzinos do Distrito Federal! – que Lamennais vos converteu ao socialismo, que apóstolo, de palavra ardente e alma abrasada, deu cabo de vossa paciência e vos excitou ao motim?...

* * *

Imagino que neste ponto da leitura da Crônica, já os leitores estarão com os lábios franzidos num sorriso de mofa, murmurando:

– Cousas de poeta!... que diabo de relação pode haver entre Lamennais e a inundação de anteontem?!

Perdão, amigos! os poetas sabem muitas cousas que o comum dos homens ignora. Conversam com as nuvens, com os astros, com as árvores, com as águas, e são senhores de todos os segredos dessa maravilhosa linguagem universal, que ainda não foi e provavelmente nunca será incluída nos programas do método Berlitz...

Assim, um poeta amigo meu, há pouco tempo, por uma noite de vivo e límpido luar, recebeu as confidências e as queixas de uma dessas humildes ribeiras da cidade.

Era nas Laranjeiras. A água minguada do riacho, – algumas gotas apenas, e tão sujas!... – deslizava à claridade albente da lua, debaixo de uma ponte. O poeta passava por ali alta noite, talvez sonhando, talvez fazendo versos, talvez pensando nos seus reumatismos, – quando ouviu uma voziinha fina e trêmula, mais débil do que a voz de um passarinho. Era a voz do Caboclas, sob a ponte da rua de Guanabara, – a voz desse mesmo *Caboclas* que anteontem cresceu e transbordou, minando, desconjuntando e quase desmoronando essa mesma ponte...

– Ai de mim! (chorava o arroio) ai de mim, e ai de todos os meus companheiros! ai de vós, *Cabuçu*, *Pedras*, *Maracanã*, *Andaraí*, e *Joana*! ai de nós todos! Que triste sorte, ignorada e mísera, é a nossa! Que somos nós, e que valem nós, que de rios apenas temos o nome?! Não há compêndio de geografia que nos consagre mais de duas linhas apertadas e indiferentes; não há estudante que nos decore os apelidos pitorescos, não há canoa que sobre nós deslize, por este lindo luar, carregando um casal de namorados; não há peixe que em nosso tísico seio possa viver; – não temos água, não temos fama, não temos vida... É o anonimato, é a existência apagada e nula das cousas inúteis!

Assim se lamentava o *Caboclas*, cujo fio de água, de tão fino, parecia à luz da lua uma longa minhoca de prata... O poeta, compadecido, debruçou-se sobre o regato gemedor, e procurou consolá-lo. Falou-lhe das vantagens da existência obscura e anônima; disse-lhe que os rios são como os povos, dos quais os mais felizes são justamente aqueles que não têm história; repetiu-lhe todos os velhos chavões que a filosofia fácil e hipócrita dos felizes tem inventado sobre as tribulações irremediáveis dos ricos e sobre a consoladora tranqüilidade dos pobres; e acabou a sua prédica, recitando o famoso verso de Lamartine:

Heureuse au fond des bois la source pauvre et pure!...

O Caboclas ouviu tudo aquilo em silêncio e teve depois uma risadinha, a um tempo alegre e amarga, em que havia soluços:

Ah! poeta! quem me dera a mim que eu fosse uma dessas fontes sossegadas e ignoradas de que falou Lamartine, adormecidas num fundo ensombrado de bosque! Essas sim podem julgar-se felizes: não têm fama, nem glória, – mas têm os perfumes da mata, os cantos das aves, a dança das borboletas, sobre a sua água embalsamada... Mas que tenho eu, e que têm os meus companheiros? Temos o cisco, a imundície, a lama, a abjeção! As fábricas, as estalagens, as cozinhas, as estrebarias, os palácios e as taperas despejam dentro de nós toda a escuma, toda a escória, todo o rebotalho da sua vida. Rios urbanos, servidores da imensa e tumultuosa cidade, nós recebemos tudo quanto ela rejeita, despreza e deita fora... E vens falar-nos dos regatos que vivem no seio da floresta! como se a sorte deles, no repouso e na frescura das sombras nemorosas, fosse comparável à nossa escura e ignóbil sorte de carregadores de lixo, de tábuas velhas, de latas de querosene arreventadas, e de carcaças podres de animais!... Ah! mas não há nada como um dia depois do outro! – no dia em que nos sentirmos fartos e cansados de ser infelizes e de ser miseráveis, toda a cidade há de tremer apavorada e tonta!

Neste ponto, o poeta, achando chiste na grandeza de tal ameaça partida de tão fraca e desgraçada pessoa, disse em voz alta: “este riacho perdeu o juízo!”; e, deixando-o com a sua maluquice, seguiu para casa, continuando a sonhar, ou a fazer versos, ou a pensar nos seus reumatismos...

* * *

Pois bem! anteontem o Caboclas mostrou para quanto vale e para quanto serve, e vingou-se desse desprezo do poeta!

Chovia a cântaros. O céu abrija todas as suas cataratas. O poeta, dentro de um *bond* transformado em arca de Noé, ficou insulado no meio de um oceano revoltado. Esperou que o nível das águas baixasse, mas esperou em vão. Passaram-se duas horas, três horas... Por fim, o infeliz, meio morto de frio, de fome e de sono, tirou as botas, arregaçou as calças, e, com água acima dos joelhos, agarrando-se aos portões das casas, vencendo a custo a correnteza, foi andando pela rua Cristóvão Colombo, em procura do lar...

Aconteceu então, uma cousa maravilhosa. A água lodosa, que enchia a rua de lado a lado e corria vertiginosamente para o Flamengo, começou a falar:

– Não me conheces, poeta motejador? Eu sou a água do Rio das Caboclas! Venho das Laranjeiras, alagando e arrasando tudo; quase deitei abaixo aquela ponte sob a qual ouviste a minha voz, cobri todo o largo do Machado, e aqui me vou a caminho do mar, danificando quanto encontro, inundando casas, invadindo salas, minando alicerces, demolindo prédios... e agravando os teus reumatismos! A esta hora, todos os meus companheiros estão revoltados e furiosos como eu, alagando Botafogo, a Tijuca, o Engenho Velho, a Fábrica das Chitas, todos os subúrbios. Já matamos três ou quatro criaturas, já deitamos abaixo dez ou doze casas, já arruinamos, apavoramos, desesperamos uma porção de gente!... Não

me conheces, poeta motejador? Vê agora de quanto é capaz um riacho miserável, quando perde a paciência, quando sacode a sua resignação!...

* * *

Ah! meus amigos! decididamente Lamennais tinha razão...

Não zombemos da fraqueza dos fracos, que só são fracos porque são resignados. Também os ribeiros podem ser Amazonas quando se revoltam!

O. B.

Não é possível! banir da crônica o assunto doloroso da semana: a catástrofe da Casa de Saúde de São Sebastião. Mas não quero insistir sobre as causas do desastre, nem sobre a necessidade de ter proibida no centro da cidade a exploração dessas pedreiras assassinas, que constantemente nos ensurdecem e abalam com o estampido das suas explosões. Tudo isso já foi dito e discutido.

O que a *Crônica* pode e deve fazer é registrar este consolo: milagrosamente, a catástrofe produziu danos pessoais muito menores do que os que se poderiam temer. Chega a ser maravilhoso e incompreensível que aquela horrorosa eversão apenas houvesse vitimado duas pessoas. Isso deve minorar a mágoa intensa de que se acha possuído o ilustre médico diretor do estabelecimento, – mágoa que é compartilhada por todos que o conhecem e lhe prezam e admiram as extraordinárias qualidades de talento, de ilustração e de bondade.

Para não dar a esta crônica semanal da *Gazeta* uma tristeza incompatível com a índole da folha da seção, – prefiro encarar o assunto através dos vidros cor de rosa dos óculos do Dr. Pangloss.

Sejamos otimistas, registrando com júbilo justo que, se as nossas riquezas e as nossas felicidades não são descompassadas, também, em compensação, não costumam ser desmascaradas as nossas desgraças.

* * *

Pensei nisto ainda há pouco, lendo em uma revista que New York vai ter o maior hotel do mundo: quarenta andares, sobre o último dos quais haverá um parque, com árvores e águas; uma sala para refeições com o comprimento de duzentos pés; e não sei quantos quartos que poderão acomodar oito mil pessoas...

Nos Estados Unidos só se fazem cousas monumentais: tudo ali é descomunal, – casas e idéias, fortunas e falências. Até os desastres assumem proporções grandiosas na terra dos *yankees*: se há um incêndio, morrem quinhentas pessoas; se há um ciclone, desabam duas mil casas; se um rio transborda, desaparecem trinta povoações. É espantoso! Mas é também consolador. Bem diz o nosso povo que quanto maior é o barco, maior é a tempestade. Nos Estados Unidos não é somente colossal o que é bom: também o que é mau é formidável.

Esse hotel de quarenta andares deve ser um assombro. Nem o podemos imaginar, nós que estamos aqui habituados às nossas modestas pensões, onde todos os hóspedes se conhecem e tratam por “você”, e onde não se pode dar num quarto um espirro, sem que os moradores de todos os outros quartos digam: “resfriou-se o hóspede do quarto número tal...”

No hotel, que se está edificando em New York, a vida será a reprodução de uma grande cidade civilizada. Haverá

ali dentro namoros, casamentos, batizados, divórcios, suicídios, assassinatos, comédias, dramas, tragédias, farsas, melodramas; e cada pavimento terá a sua existência própria e inconfundível; e haverá castas e classes, partidos e *clãs*; e, quem sabe? talvez ainda algum dia rebente alguma guerra entre os hóspedes de alas ou andares diferentes, e armem-se metralhadoras pelos corredores, – sem que a cidade, cá fora, suspeite o que se passa lá dentro. O hotel terá necessariamente os seus jornais, os seus armazéns, os seus *bars*; e, no parque babilônico, plantado sobre o quadragésimo andar, haverá corsos, regatas, batalhas de flores...

Que inveja faz isso!

Mas a inveja logo desaparece quando se pensa nas proporções que deve ter, naquele mundo em forma de hotel, um incêndio... Imagine-se o horror das chamas e das nuvens de fumaça invadindo e devastando aqueles quarenta andares!

Decididamente, mais valem as nossas modestas pensões de cacaracá, pequeninas e térreas, onde todos se conhecem, onde todos se tratam por “você”, – onde, em caso de incêndio, todos os hóspedes, saltando as janelas, em fraldas de camisa, vêm apreciar da rua o espetáculo da conflagração, comentando e aplaudindo a bravura dos bombeiros...

* * *

Felizmente, ainda não temos um progresso desvairado como o dos Estados Unidos. Estamos num meio termo razoável, – entre os *yankees* megalômanos e os bugres ingênuos.

Ainda temos alguma simpleza. Tanto assim que estamos todos a comentar, com enternecimento e gratidão, esse caso dos vinte e tantos viajantes do “Aragon”, que, deslumbrados pela beleza do Rio de Janeiro, desistiram do resto da viagem e aqui se deixaram ficar, escravos da sedução carioca, – como o

errabundo Ulisses se deixou ficar na ilha Ogígia, cativo dos beijos da bela Calipso, e deixando a laboriosa e infeliz Penélope consumir-se, em Ítaca, de ansiedade e de saudade, às voltas com a roca e o fuso...

Em uma cidade monstruosa como Londres, New York, ou Paris, este caso passaria despercebido. Mas, aqui, ainda acabaremos levantando numa praça pública um monumento comemorativo da chegada e da sedução dos vinte e tantos forasteiros atraídos e cativos: – uma figura de mulher, representando a cidade, com uma cabeça irresistivelmente bela, e possuindo vinte e tantos braços de polvo, cativadores de ádvenas embasbacados...

* * *

E falamos, um pouco acima, dos bugres ingênuos... Também estes nos visitam: visitam-nos e invejam-nos como nós, às vezes, invejamos os *yankees* civilizadíssimos.

Nesta semana andaram por aí dous bugres, visitando os ministros e o chefe de polícia.

Tais aparecimentos de índios na cidade estão ficando muito freqüentes: parece que ao âmago dos sertões já chegou a fama da beleza das nossas avenidas, e que os selvagens, cansados da solidão, e devorados pela curiosidade, mas ao mesmo tempo com a sua invencível desconfiança de caboclos, querem verificar se realmente esta é a cidade formosíssima, cujos encantos tão liricamente lhes descrevem os caixeiros viajantes.

Ainda não tive o prazer de encontrar na rua um só desses amáveis selvagens, que ultimamente nos têm visitado. Tenho todo o meu tempo ocupado, e não disponho dos minutos necessários para uma “interview” com os indígenas. Mas não sei porque é que os profissionais da “interview” têm deixado escapar tão boas ocasiões... Seria interessantíssimo sa-

ber o que os botocudos pensam dos automóveis, dos corsos, das avenidas e dos cinematógrafos.

Não creio que esses silvícolas ainda sejam tão brutos como os que Pedro Álvares Cabral e Pero Vaz de Caminha encontraram em 1500 em Porto Seguro. O cronista da frota descobridora narrou pitorescamente a ingenuidade daqueles filhos da mata: “mostraram-lhes uma galinha, e quase tiveram medo dela; trouxeram-lhes vinho, e puseram-lho na boca, e não gostaram dele nada; e estiraram-se de costas na alcatifa a dormir sem ter nenhuma maneira de encobrir as suas vergonhas...” Não! os índios que atualmente vêm espiar a nossa vida civilizada, já são muito mais educados: já conhecem o sabor da carne de galinha, usam e abusam do vinho e andam vestidos à moderna.

Mas certas cousas da nossa civilização lhes devem ser completamente desconhecidas. A política, por exemplo, e a controvérsia religiosa, e o caso dos colégios equiparados, e as seções do “smartismo” na imprensa, e o levantamento do teatro brasileiro pela representação de *vaudevilles* franceses e italianos, e a linguagem ultrapolidada com que os jornais discutem os “casos”, e as guerras memoráveis entre o Jardim da Infância e o Retiro dos Velhos, e tantas outras cousas que devem causar verdadeiros animamotos aos filhos das selvas.

Mostrar-lhes essas cousas e pedir sobre elas a sua opinião, é um dever dos profissionais da *interview*. Todos lucraremos com isso: nós e os caboclos. Ouvindo os seus conselhos, aperfeiçoaremos talvez a nossa maneira de politizar, adotando como costumes políticos, além da difamação de que já usamos, a frecha ervada de curare, o escalpamento e a antropofagia. E eles, estudando-as a fundo, lucrarão isto: fugirão horrorizados para as suas tabas, e ficarão muito consolados com o descanso e a pureza da vida selvagem, perdendo para todo o sempre o desejo de ver de perto o que é a civilização...

O. B.

Há na Exposição, exibidos não sei se como consolação ou como castigo, dous grandes criminosos. Estão em vários pontos da Exposição, ao mesmo tempo; mas estão, principalmente, nas seções de Minas e de S.Paulo.

São dous grandes culpados... Entretanto, não têm aspecto repulsivo. Apresentam-se, ao contrário, de modo sedutor. Um deles aparece em mostruários de luxo, em forma de lindas pepitas de finíssimo e refulgente pó, e de sólidas barras rebrilhantes. O outro, mais modesto, mas igualmente belo, mostra-se dentro de bocais de vidro e de sacos de linho. Mas é bem certo que quem vê cara não vê coração. Ali onde os vêdes com aquelas caras de santos, aqueles dous sujeitos causaram durante muito tempo o atraso do Brasil.

Já deveis ter adivinhado que me refiro ao Ouro e ao Café.

São dous grandes criminosos.

Têm ainda, e sempre hão de ter, muitos defensores e muitos e muitos adoradores. Isso, porém, nada prova. Até o Diabo, que é o diabo, acha quem o defenda e adore...

Imagino o espanto que já está causando esse começo de crônica. Já alguns leitores estarão dizendo: “Pobre cronista! subiu-lhe a Exposição à cabeça e está com as idéias transformadas em fogos japoneses!”

Mas aqui vai a explicação de tudo.

Era eu menino quando ouvi pela primeira vez esta frase, que de então por diante nunca mais deixou de soar ao meu ouvido, com foros de verdade inabalável: “O Brasil é um país essencialmente agrícola.” Verdade é que também sempre ouvi dizer que a agricultura tem falta de braços; e não é possível conciliar bem estas duas idéias: um país essencialmente agrí-

cola, cuja Agricultura é uma espécie de Vênus de Milo, desprovida de seus membros torácicos, que sempre foram e sempre hão de ser os principais, para não dizer os exclusivos instrumentos de trabalho para conduzir a charrua, de arrotear os campos, de semear a terra e de realizar as colheitas. Mas os chavões são sempre assim: não se explicam, e contradizem-se, e desmentem-se todos os dias, e continuam a parecer verdades absolutas.

Um país essencialmente agrícola, – não é o que dizem os que visitam a Exposição. Os industriais andam impando de contentamento e de orgulho. É deles a época. E os agricultores, com a crise do café, já perderam aquela serena confiança antiga, com que se apresentavam como os únicos soberanos legítimos do Brasil. Ainda eles pompeiam, é certo, em algumas seções da Exposição; mas que é a agricultura moderna, senão um ramo secundário da Indústria propriamente dita, que lhe dá as suas máquinas e o auxílio dos seus processos extrativos e fabris?

Em todo o caso, não é diante do café em bocais [?], nem do milho, nem do arroz, nem da borracha, que pasmam os visitantes da Exposição. Todo o interesse se concentra diante dos mostruários em que se amontoam os produtos do trabalho manual ou mecânico, – produtos cuja riqueza e cuja variedade assombram os mais céticos. “Já produzimos isto! Já produzimos aquilo!” – são as frases de espanto que com mais frequência se escutam ali. A verdade é que se ainda não produzimos tudo, já tudo somos capazes de produzir, – desde o que é simplesmente útil e indispensável à satisfação das necessidades imperiosas da vida, até o que é simplesmente belo e agradável, destinado a servir às exigências do luxo e da vaidade.

É consolador verificar que esta conquista foi rápida e facilmente alcançada.

A nossa última Exposição Industrial, realizada já no regime republicano, era quase uma vergonha pela escassez de produtos, pela pobreza da instalação, pela trapallice da or-

ganização; e dela ainda se podia dizer o que disse Joaquim Manuel de Macedo da de 1868: “abundou em produtos de trabalho não industrial e em obras de fantasmas que ali eram hóspedes imperturbáveis.”

Para que tivéssemos boas indústrias e boa Exposição Industrial, foi preciso que o Café e o Ouro, esse dous grandes produtos criminosos fossem derrotados, vencidos, manietados e afastados do poder absoluto.

O primeiro déspota insaciável e abominável que nos dominou, empecendo-nos o progresso, devorando-nos toda a energia, atrapalhando-nos toda a vida industrial, foi o Ouro.

Grande Sicário esse! Já nem lhe quero lançar em face as vidas que sacrificou, as tempestades de ambição que desencadeou, as guerras que atçou, o sangue que fez correr, e as atrocidades a que deu origem.

Para malsiná-lo e envergonhá-lo basta-me lembrar que foi ele quem matou, em 1785, a indústria nascente do Brasil. O nosso bom povo daquele tempo, oprimido pela tirania da metrópole, trabalhava e penava sem esperança; e já havia por aqui algumas manufaturas e alguns teares. Isso não agradava à metrópole. A metrópole queria ouro e mais nada, – ouro e mais ouro. Daí à expedição do alvará régio de 5 de janeiro de 1785, mandando fechar no Brasil, sob penas graves, todas as fábricas, as manufaturas, os teares de algodão, de bordados de ouro, prata, seda, linho, algodão ou lã, excetuando-se somente a fazenda grossa para uso dos negros, dos índios e das famílias pobres: também ficou absolutamente proibida a vinda de navios de comércio ao Brasil; e a razão principal da medida estava explicada nesta linha: “...as fábricas desviavam os trabalhadores do trabalho da exploração das minas...”

Ora pois! o Ouro afinal foi vencido. Chegou até nós a nota autêntica das riquezas que daqui foram para Portugal durante o reinado de D. João V mais de cento e vinte e cinco milhões de [trecho ilegível] de ouro, mais de cem mil moedas de outro cunho, também de ouro: vinte e duas caixas de ouro

em obra; vinte e cinco mil marcos de ouro em pó, – além do produto do quinto das minas que [trecho ilegível].

O *Jornal do Comércio* de anteontem publicava o seguinte telegrama de Londres: “A *Ouro Preto Gold Mining Company* vendeu por lbs. 8.760 o ouro obtido por suas minas no passado mês de julho”. Apenas um pouco mais de cento e quarenta contos! E, enquanto isso, as nossas indústrias se ostentam em plena glória na praia Vermelha. O Tempo, que é o único juiz absolutamente incorruptível e infalível, vingou o agravo feito aos teares e às manufaturas de 1785.

E que dizer do outro grande criminoso - desse emproado e petulante Café, que durante quase um século monopolizou aqui todo o tempo, todo o trabalho, todo o dinheiro, todos os cuidados e todas as honras?

A preciosa rubiácea já foi preciosa demais. Tão preciosa, que, deslumbrado e corrompido pelo seu alto preço, o Brasil se despreocupou de tudo quanto não era café – e viveu a plantar café, a colher café, a vender café, a beber café, a oferecer café, a arrotar café. Todos supúnhamos que isso era um patrimônio eterno e inesgotável, tesouro maravilhoso que sustentaria, através dos séculos, a riqueza do Brasil...

Mas, como aconteceu com o ouro, chegou também a hora má para o café. A preciosa rubiácea, cantada entusiasticamente por Voltaire, anda hoje depreciada. Tanto pior para os plantadores de café – mas tanto melhor para o Brasil, que duramente aprendeu, à custa de grandes apuros, quanto é precária a sorte do país que só conta com uma fonte de renda.

Mas o mal está passando. Temos já indústrias, prósperas, variadas e fortes – graças à derrota dos dous grandes criminosos.

Ouro e Café! estais pagando o mal que fizestes! E não sei se é como consolação ou como castigo que ainda vos expomos na praia Vermelha.

O. B.

Passei ontem o dia numa cidade que pouca gente conhece.

É a cidade do Bangu, a uma hora de viagem do Rio de Janeiro. Verdadeira cidade, pela sua extensão, pela sua população, pela sua vida intensa e vibrante. O Bangu tem duas escolas, um cassino, um teatro, um parque, um campo de futebol, – e, para tudo dizer, dois automóveis! Há por aí muitas cidades que não possuem tanta cousa...

Dos seis mil habitantes do Bangu, três mil são operários. A grande fábrica de tecidos, talvez a maior do Brasil, foi a criadora de todo aquele progresso.

Tenho ainda os ouvidos atordoados, numa vaga zoadá importuna, guardando a ensurdecadora impressão do estridor daquelas máquinas e do confuso zumbir daquela colméia humana. Só numa sala há mil e quinhentos teares em movimento: e ao barulho dessas gritadoras tecedeiras casa-se o dos grossos pilões de madeira que batem as peças de morim, e o das pás de ferro que despolpam o algodão, e o dos cilindros que afinam os fios, e o dos carreteiros que enrolam os cordões... Se há inferno, – o inferno deve ser assim!

Mas não é da prosperidade do Bangu e das suas fábricas que desejo tratar.

O que mais me impressionou naquela cidade operária foi uma descoberta que lá fiz, – uma descoberta que me enterneceu.

Visitada a fábrica, disse-me um dos diretores, apontando ao longe um trecho de mato:

– Por ali passa o riacho em que se despejam os resíduos da fábrica. É preciso estar sempre a limpá-lo, e esse serviço seria impossível se não fossem as *reúnas*. Só as *reúnas* podem viver ali sem enfermar de paludismo...

– Mas que vêm a ser as *reúnas*? – indaguei, espantado.

– Não sabe? Vamos até lá, que terá uma surpresa.

Em poucos minutos, um automóvel nos transportou para junto do ribeiro de águas escassas e sujas. E vi que, com as pernas nuas metidas na água, e rudimentarmente vestidas da cintura para cima, algumas mulheres pretas, velhas, – algumas velhíssimas, faziam a limpeza da corrente.

– Ai tem o senhor as nossas *reúnas*! – disse-me o cicerone. – Sabe quem são? São as antigas escravas da fazenda de Santa Cruz. Forraram-se do cativo, mas ficaram por estas zonas trabalhando. Por aqui envelheceram, e por aqui vão morrendo. Têm uma saúde de ferro. Estão vacinadas, revacinadas, completamente imunizadas contra o paludismo. Não há terção nem sezão que as vitimem...

O sol da tarde punha faíscas de prata clara nas carpinhas brancas das *reúnas*. Algumas cantavam, num susurro vago, melopéias tristes, em que se reconhecia a toada melancólica dos jongos africanos. Outras, caladas e sérias, patinhando na vasa, ruminavam em seco, com esse constante mover de queixos desdentados, que é um dos sinais característicos da extrema velhice.

Estive ali longo tempo a olhá-las, com uma comoção que não procurava disfarçar. Relíquias da escravidão, relíquias do Império, relíquias de uma idade morta, que já nos parece tão distante, tão apagada no tempo... Entre essas mulheres de pele negra e cabeleira alva, ainda trabalhando, com os pés na lama e as cabeças ao sol, algumas devem ter noventa ou cem anos. E não têm ainda descanso; e, amarradas à canga do trabalho, sobrevivem ao Império que as explorou, e ao Cativo que as embruteceu, – últimas remanescentes das duas instituições que se conjugavam e equilibravam, tão intimamente, que a morte de uma foi a morte da outra...

Olavo Bilac

Já é tempo, creio eu, de inaugurar esta seção. Considerando que *A Bruxa* é, por excelência, o espelho em que se vem refletir todo o espírito brasileiro (a modéstia é humana: todo o diabo é essencialmente imodesto!), o estrangeiro, vendo que *A Bruxa* não dizia de livros velhos ou novos, acreditaria naturalmente que não há livros no Brasil. Isso prejudicaria grandemente os créditos deste povo culto. Está, pois, aberta a seção.

Mas, quero que este artigo seja um como prefácio, uma sorte de ensaio de armas. Que, antes de cuidar dos cinco ou seis volumes que aqui tenho sobre a mesa deixem-me chamar às contas um editor! Um editor! – esse bicho impassível e astucioso, essa raposa de sobre-casaca, esse judeu disfarçado... Que homem de letras não ama dizer mal de editores! Chegue-se para aqui a *Casa Laemmert*!

* * *

Podem crer que a *Casa Laemmert* nunca editou livro meu, e que nunca, de chapéu na mão, numa atitude de humilde mendigo, lhe fui pedir que desse ao meu nome infernal a honra de o incluir nos seus catálogos e nos seus mostradores. Não por orgulho, não por desdém, mas pela razão simples e única de que não tenho livros... Sou um pobre diabo amador de leituras, – e acho, além disso, que não vale a pena fatigar-se a gente em escrever obras, quando tão agradável pode ocupar os seus dias, poucos e passageiros, no agradável mister de dizer mal das obras dos outros... Não é, pois, por despeito, que amarro a *Casa Laemmert* ao pelourinho desta página. É por amor da justiça.

Quatro a cinco vezes, por mês, leio nos jornais: “Mais um bom serviço acaba de prestar a *Casa Laemmert* às letras

nacionais, dando-nos o n... da sua *Coleção econômica*, que contém desta vez a tradução do romance... de...”. Esta coleção econômica é uma maravilha! Cada volume custa 1\$000. Creio que por isso, mais que pelo gênero de literatura escolhido, tem ela feito verdadeiro sucesso. Assim que um volume aparece, o povo corre à casa editora, há calos esmagados, cabeças quebradas, e a polícia é obrigada a intervir, para calmar a fúria ansiosa dos compradores da literatura barata.

Vejamos agora de que natureza é o grande serviço que, no dizer dos jornais, presta a *Casa Laemmert* às letras brasileiras, com a sua coleção econômica. A coleção tem até agora publicado nove volumes: *Tartarin*, de Daudet; *Pedro e João*, de Maupassant; *Panine*, de Ohnet; *O sonho*, de Zola; *Soror Philomena*, de Goncourt; *Médico assassino*, de Feré; *Milhões vergonhosos*, de Malot; *Amigo Fritz*, de Erckmann-Chatrian; *Vogando*, de Maupassant.

Meditemos. Os nove autores são estrangeiros. Os nove volumes são impressos na casa Pereira em Lisboa, uma casa estrangeira. Os compositores, estrangeiros. Os brochadores, estrangeiros. Tudo estrangeiro. Só o público sorna que compra aqueles livros traduzidos para uma língua que pode ser tudo: cassange, abexim, turca, bunda, japonesa, – tudo, menos portuguesa, – só esse público é brasileiro. E aí têm os senhores o serviço grande prestado às letras brasileiras pela *Casa Laemmert*! A *Coleção econômica* ainda não deu de comer a um autor, a um tradutor, a um compositor, a um revisor, a um brochador do Brasil: por isso mesmo, presta um grande serviço às letras brasileiras!

* * *

Desdobremos esse grande serviço, e vejamos:

1º A *Casa Laemmert* comete um ato de rapina, apoderando-se de livros, cuja invenção e cuja fatura custou esfor-

ços sobrehumanos a autores estrangeiros, e explora-os sem indenizar esses autores. Bem sei que esse delito não está previsto no código. Mas também não tem no código uma punição especial o homem que vende o seu voto, ou que arruina a família, ou que trafica com a honra, e, nem por isso deixam esses atos de ser verdadeiros crimes.

2° A *Casa Laemmert* tira o pão da boca dos escritores daqui, porque, num país em que um volume nacional não pode ser vendido por menos de 3\$000, dá por dez tostões um volume estrangeiro.

3° A *Casa Laemmert* prostitui obras de arte de um valor artístico inestimável, mandando-as traduzir por sapateiros, que entendem tanto da arte da palavra escrita, como Daudet ou Zola da arte de fazer sapatos. E mais: a *Casa Laemmert*, com essas traduções de uma incorreção revoltante, envenena o gosto público.

* * *

Para mim, esta última parte do libelo acusatório é a mais grave. E, para que não digais que exagero, vou citar pedacinhos de ouro da obra acabada que fazem para a *Casa Laemmert* os seus tradutores. Ah! li nas folhas tanto elogio à celebrada *Coleção econômica*, que me não quis furtar ao trabalho de admirar de perto todas as belezas dela!

Lede-me a tradução destes trechos do *Monsieur Parent* de Guy de Maupassant, desse querido artista que escrevia com todos os seus nervos, com todo o seu sangue, com toda a sua alma: “Então, o pai pegou-lhe ao colo, e acelerando mais a marcha, suave de cansaço... Ralhava-lhe constantemente pelo que ele fazia e pelo que ele não fazia... Em seguida, saiu do quarto, feliz de não ter mais nada a recear...” Admirável, hein?

Ainda não é tudo. Os Goncourt, esses dois ourives da palavra, esses dois escritores que converteram a língua francesa, para seu uso, numa língua maravilhosa que tem cor, som e perfume; esses dois irmãos, cujo estilo, no dizer de Lemaitre, é “une coquetterie à qui la justesse ne suffit point, que ne se tient pas au brillant, que va d’elle même au raffiné, au singulier, à l’extravagant, que renchérit sans cesse sur ses trouvailles et que s’excite à ce jeu”; – os Goncourt também foram vitimados... Ai! não imaginais em que papa mole ficou transformada *Soeur Philomène*, quando saiu das mãos do tradutor: é preciso ler para crer...

* * *

“Enfim, a *Casa Laemmert*, editou dois livros, *Várias Histórias*, de Machado de Assis, e *Bric-à-Brac* de Valentim Magalhães. Imprimiu-os aqui, e vende cada exemplar deles pelo preço de 3\$000...” Já sei que me vão atirar isto às barbas, como um argumento irrespondível. Pois! dois livros, entre os nove volumes da Coleção econômica, e os volumes do *Novo Secretário Luso Brasileiro*, do *Mensageiro dos Amantes*, da *Arte da Dança*, e do *Dicionário do Bom Gosto* ou *Genuína Linguagem das Flores*...

Que a Fortuna coroe fartamente com os seus favores a grande casa, que tão grande serviço tem prestado às letras brasileiras... à algibeira dos autores estrangeiros prejudicados pela pirataria literária.

Belfegor

ABSTRACT: *This text presents chronicles published by Olavo Bilac in the beginning of the 20th. Century, dealing with the rapid changes in Rio de Janeiro urban plan, as well as with the social problems that the city continues to have to face.*

Keywords: Olavo Bilac; Chronicles; Rio de Janeiro; Literature and Journalism; Literature and History.